

Armando B. Malheiro da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Documento e informação: as questões ontológica e epistemológica

Resumo

Documento, coleção, fundo, património (bibliográfico, arquivístico, cultural...), cultura, conhecimento, comunicação são, indiscutivelmente, os principais termos fortes de um discurso enraizado na Modernidade e ao qual está sendo cada vez mais associado o conceito vago, mas muito mediático e, por isso mesmo, espalhado pela crista da moda, de Informação. Um conceito transversal aos múltiplos sectores de actividade e facilmente apropriado e empregue por qualquer grupo sócio-profissional ou por qualquer sujeito anónimo, confirmando-se, assim, um uso exponencial e potencialmente perigoso devido à flagrante equivocidade semântica daí decorrente. Investir nas questões ontológica e epistemológica torna-se, pois, uma exigência para qualquer disciplina científica que se pretende sólida e consolidada, bem como aberta a uma dinâmica evolutiva exigente e imparável. Um desiderato naturalmente transposto para a Ciência da Informação, onde assumidamente nos situamos.

Neste texto pretendemos, dando sequência a uma tetralogia que começou com um ensaio sobre 'Conhecimento e Informação' e na qual estão agendados mais dois ('Cultura e Património na Era da Informação' e 'Informação e Comunicação'), pôr em evidência, o fenómeno humano e social que se oculta por debaixo de termos, tão usuais quanto insuficientes, como o de documento/documentação, que apenas, em rigor, referencia um estágio intermédio na fenomenalidade psicossomática da criação/absorção de informação (representações mentais codificadas desde a língua à imagem) até ao processo de comunicação com um ou mais interlocutores/receptores. Daí que o documento corresponda a uma materialização (registo num suporte físico) da Informação que potencia a comunicação, mas esta só se consoma plenamente quando ocorre a adequação e interacção completa entre emissor e receptor.

Abstract

Document, collection, *fonds*, cultural heritage (bibliographical, archival, cultural ...), culture, knowledge and communication are undoubtedly the basis of a discourse rooted in Modernity that has come to increasingly include the vague, but highly fashionable, concept of Information. This concept transverses many sectors of activity and can be easily appropriated and used by any socio-professional group or by any anonymous individual, showing its exponential and potentially dangerous use, resulting from its semantic ambiguity. Therefore, a discussion of the ontological

and epistemological issues becomes an absolute requirement for any scientific discipline endeavouring to establish a solid base, as well as openness to a challenging and inexorably progressive dynamic. This aim is naturally transposed to our field of work, Information Science.

In this text, part of a tetralogy that began with an essay on 'Knowledge and Information' and which will be followed by two more ('Culture and Cultural Heritage in the Information Age' and 'Information and Communication'), it is our aim to emphasize the human and social phenomenon underlying such common, yet insufficient, terms, as document/documentation, which, strictly speaking, only refer to an intermediate stage in the psychosomatic phenomenality of creation/assimilation of information (mentally encoded representations from language to image), to the communication processes with one or more interlocutors/receivers. Consequently, the document is the materialization of Information (registered on a physical medium), which advances communication. The latter, however, is only fully consummated when a complete adjustment and interaction between sender and receiver occurs.

1. Pre(é)-texto e dedicatória

O tema deste ensaio aguardava, há algum tempo, uma abordagem monográfica apropriada, mas faltava o impulso decisivo que chegou através da oportuna e louvável organização de um livro colectivo de homenagem ao Professor Doutor José Marques, Mestre e Amigo.

Sob a sua égide, especialmente a do historiador medievalista e do diplomata-paleógrafo, trazemos para este espaço um contributo destinado a reflectir e vincar bem os contornos do objecto da emergente Ciência da Informação, que terá de representar, efectivamente, um salto qualitativo não tanto em relação à Ciência da Documentação, nascida da inovadora e fecunda herança de Paul Otlet¹ e de Henri La Fontaine e passível de ser inclusa por inteiro naquela, mas

¹ Paul Otlet (1868-1944) foi o primeiro a usar os termos documento e documentação numa acepção moderna que valoriza o conteúdo em detrimento do suporte, antecipando e prevendo a onnipresença da Informação em diferentes suportes: *En 1934, Paul Otlet livre la clé de voûte de son oeuvre en publiant son Traité de documentation, le livre sur le livre. Dans cette oeuvre fondatrice, l'auteur se montre visionnaire. Pour lui, la notion de document est entendue au sens large et englobe le livre. Il pressent la multiplication des supports de l'information, tous également porteurs de mémoire. Ainsi un chapitre est-t-il consacré aux "Documents graphiques autres que les ouvrages imprimés", un autre aux "Documents dits substitués du livre", où même la télévision, alors balbutiante, trouve sa place. Oeuvre prémonitrice, le Traité est riche d'anticipations pertinentes. Toutefois, au-delà de cet aspect visionnaire, la réflexion d'Otlet sur le rapport entre l'homme et la technique constitue la véritable modernité du livre. "Perfectionner le livre, c'est perfectionner l'humanité". La réflexion d'Otlet repose sur une logique d'usage et de réappropriation dans laquelle la technique est un dépassement contrôlé de l'homme. C'est dans cette logique qu'il définit les principes de la documentation: "Les buts de la documentation organisée consistent à pouvoir offrir sur tout ordre de fait et de connaissance des informations: 1/ universelles quant à leur objet, 2/ sûres et vraies, 3/ complètes, 4/ rapides, 5/ à jour, 6/ faciles à obtenir, 7/ réunies d'avance et prêtes à être communiquées, 8/ mises à la disposition du plus grand nombre". Pour Otlet, finalement, la documentation est l'un des moyens de l'entente entre les hommes et, dans son système de pensée, la cause de la documentation se confond avec celle de la paix (Cf. CACALY, Serge – Otlet, Paul (1868-1944). In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Paris: Éditions Nathan, 1997, p. 447). Não surpreende face ao que ficou transcrito que o mesmo Cacaly tenha considerado Otlet como *le fondateur des sciences de l'information et de la documentation* (p. 446).*

em relação às práticas ainda dominantes de um documentalismo e de uma arquivística descritivos, normativistas e pré-científicos.

Pretendemos, enfim, deslocar para um plano de renovada discussão epistemológica a temática/problemática do documento, que o Professor Doutor José Marques, em sucessivas e minuciosas achegas, tem sabido tratar no quadro, nunca por ele esquecido, da contribuição originária da Diplomática para o método historiográfico. Fazemo-lo à nossa maneira – pomos a tónica no binómio Documento-Informação e cumprimos, assim, o propósito de elaborar uma tetralogia ensaística iniciada com *Conhecimento/Informação: sinonímia e/ou diferenciação?*², continuada com a análise do trinómio Informação, Cultura e Património³ e finalizada em torno de Informação-Comunicação, porque estes tópicos são fundamentais no âmbito de uma epistemologia simultaneamente crítica e consolidadora da Ciência da Informação tal como surgiu perspectivada em livro recente⁴.

2. Ponto de partida...

Num livro recente sobre *El documento* e com o sugestivo subtítulo *Entre la tradición y la renovación*⁵, a autora, professora na área de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de León, propôs uma reflexão fundamental, mas árdua, sobre *el documento, las distintas concepciones existentes, su extensión y límites, sus componentes básicos, las diferencias entre el documento informativo y administrativo, y las novedades que en la concepción tradicional introduce el documento digital*⁶. Um programa de pesquisa e reflexão ambicioso, mas imprescindível como salientou no prefácio José Antonio Moreira González: *Estamos, pues, ante un estudio valiente y comprometido sobre un punto esencial de los fundamentos teóricos de la información-documentación, que se establece como referencia axial y señal orientativa tanto de quienes quieren convertirse en especialistas de la información, como de quienes trabajan y investigan ya en este campo. Es así por proponerse alumbrar una de las nociones esenciales del área de la información, cuyo primer valor es servir de introducción a este campo dis-*

² Ver SILVA, Armando Malheiro da – Conhecimento/Informação: sinonímia e/ou diferenciação. In RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.) – *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, p. 23-41.

³ Ver SILVA, Armando Malheiro da – Informação, Cultura e Património: uma abordagem exploratória feita no campo emergente da Ciência da Informação. In MESA-REDONDA DE PRIMAVERA, 8.ª Porto, 2004 – *Conservar para quê?* Coord. Vítor Oliveira Jorge. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, 2005. p. 27-58.

⁴ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

⁵ RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca – *El documento: entre la tradición y la renovación*. Gijón; Ediciones Trea, 2002.

⁶ Cf. *Ibidem*, p. 13.

ciplinar desde la comprensión de la naturaleza del objeto que la ocupa: el documento; lo que no se alcanzará si no se atiende a describir sus fines y a desarrollar una visión que apoye su comprensión global⁷.

Blanca Rodríguez Bravo impôs a si mesma um ambicioso esforço de revisão, e sobretudo de clarificação, sendo certo e evidente para ela (e também para nós) que a importância dada à difusão da informação, a partir da segunda metade do séc. XX, e os desenvolvimentos tecnológicos que em igual período surgiram e se intensificaram, vertiginosamente, perturbaram “certezas” intocáveis e desfizeram distâncias aparentes: *Antes – diz-nos ela –, la dicotomía estaba clara: documento (archivo)/libro (biblioteca). Cada un de estos centros tenía sus funciones, sus documentos particulares y sus formas de tratamiento. (...) El documento de archivo y el de biblioteca no se diferencian en su forma sino en su origen⁸.*

Seguiu, por isso, um trajecto marcado por seis capítulos, abordando, no primeiro, o domínio do conhecimento em que os estudiosos e profissionais da documentação/informação se movem e que, em Espanha, é geralmente designada por Ciência da Documentação, uma disciplina frágil e ainda “jovem ou imatura”, cujas maiores dificuldades derivam, segundo a autora, de *su carácter de metadisciplina o de interdisciplina, pues presta su apoyo a otras ciencias además de trascenderlas para desarrollarse como ciencia propia*, além de que esta **pretensa ciência** (o destaque é nosso) *no tiene un objeto en exclusividad; da igual que pensemos en el documento o en la información: nuestra ciencia se ocupa de algunos de sus aspectos, no de todos⁹*. No segundo capítulo, o realce é dado ao conceito de Informação o que se, por um lado, representa um salto qualitativo importante face a posições mais “duras” ou “fechadas” do documentalismo europeu e espanhol, por outro, não escapa nem ao logro que permanece dominante e que consiste em (persiste em) definir, de forma difusa e, tantas vezes, confusa, o termo/conceito Informação em vez dos factos, fenómenos, situações ou a realidade a que esse termo/conceito se pode referir com um desejável grau de precisão ou de delimitação, nem à sua inevitável e generalizada consequência oportunamente denunciada por Pérez Gutiérrez: *Se utiliza alegremente para denotar distintas cosas que poco tienen que ver entre sí, es decir, el lenguaje corriente lo ha dotado de un amplio contenido semántico, se ha convertido en uno de los principales comodines léxicos de nuestra época: abarca desde hechos identificables con el conocimiento o el significado de un mensaje, hasta aspectos relativos a la importancia o la verdad del mismo. La consecuencia de esta situación es la ambigüedad del término y la pobreza y confusión conceptual¹⁰*. No terceiro capítulo, a ênfase é posta no conceito de documento

⁷ Cf. *Ibidem*, p. 10.

⁸ Cf. RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca – *Op. cit.* p 14.

⁹ Cf. *Ibidem*, p. 17-18.

¹⁰ *Ibidem*, p. 43-44.

através de dois tipos de abordagem: a funcional ou evolutiva baseada no estudo da etimologia do termo; e a estrutural, forjada por uma mudança de postura que Branca Rodríguez Bravo de algum modo sinaliza ao assumir que *documento, en el contexto en que nos movemos de la ciencia de la documentación, es un soporte portador de un mensaje emitido con intención comunicativa y potencialmente informativo para el receptor*¹¹, sendo, assim, importante valorizar os componentes constitutivos (a mensagem e o suporte; e na opinião de Martín Vega são os *físicos ou materiais, os formais* que respeitam à estruturação da matéria básica a fim de mostrar um conteúdo ou de transmitir um conhecimento e os *conceptuais*, pois todos os documentos propiciam um significado¹²) e a relação ou eventual distinção com fonte de informação, que possui, segundo a autora, um sentido bem mais abrangente e equívoco, acrescentando o seguinte: *Pensamos que el concepto de fuente de información es más amplio que el de documento y reposa en la utilidad informativa que determinada cosa, objeto o acontecimiento incluso puede tener para un usuario particular, es decir, en la información efectiva o real. Fuente de información sería cualquier ente del que alguien en un momento dado extraiga información, haya sido concebido o no para este fin*¹³. Passando ao capítulo quarto, toda a atenção é dedicada ao documento de arquivo em moldes que diríamos “clássicos”, residindo a particularidade na assunção, própria da tradição administrativa espanhola, italiana e alemã, de que *todo documento de archivo, con vigencia jurídica o sin ella, con valor histórico o sin él, es un documento administrativo*¹⁴. E era de esperar que um capítulo – neste caso o quinto – fosse reservado a tratar, entre outros tópicos pertinentes e actualíssimos, os desafios e os problemas de preservação duradoura e fiável, postos pelo documento digital ou ainda os múltiplos e complexos aspectos do hipertexto, designado também por *contenido de los documentos digitales*¹⁵. Ficando, por fim, o capítulo sexto dedicado ao desenvolvimento da temática anterior sob o tópico igualmente muito em voga dos Arquivos e Bibliotecas Digitais.

Mas se prestarmos a devida atenção às Conclusões do livro, fixadas no capítulo sétimo, obtemos, sem dificuldade, a posição de síntese elaborada pela autora e plasmada em dezasseis pontos, dos quais se destacam os seguintes:

1º - O objecto da documentação se centra habitualmente na informação e no documento, parecendo, porém, evidente que aquela é maioritariamente registada e este se concebe geralmente como informativo. A autora conclui, por isso, não existirem diferenças entre ambas as concepções, ocorrendo uma proximi-

¹¹ Cf. *Ibidem*, p. 85.

¹² *Cit. Ibidem*, p. 102.

¹³ Cf. RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca – *Op. cit.* p. 116.

¹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 149.

¹⁵ Cf. *Ibidem*, p. 181.

dade entre elas justificável pelo facto da documentação dirigir seu interesse para os conteúdos mais que para o suporte, embora este seja necessário para que o documento possa transmitir a sua mensagem.

2º - A Ciência da Documentação, que engloba a Biblioteconomia e a Arquivística, não é a única que estuda o documento, nem a informação, restringindo-se a elaborar a representação e organização dos conteúdos documentais, tendo em conta a sua posterior recuperação, de acordo com as necessidades informativas dos utilizadores.

3º - Até há pouco tempo, a informação que interessava à Ciência da Documentação era a de carácter permanente em suporte estável, isto é, a informação científica e técnica por um lado e a documental por outro, que recolhida em um único suporte permite um acesso rápido. Entretanto, as Bibliotecas começaram a ampliar os seus fins, de forma a controlar o espectro informacional do seu meio envolvente, e atendem também à informação efémera e de interesse difuso, como é o caso da informação de carácter prático. Através da *web* assiste-se a uma aproximação de objectivos entre Arquivos, Bibliotecas e Museus.

4º - O documento é entendido como o suporte que contém e dá acesso a uma mensagem potencialmente informativa para um receptor. A mensagem é emitida sempre com uma intenção comunicativa, daí que se torne necessário distinguir os conceitos de documento, de fonte de informação e de recurso informativo: no primeiro, há a vontade do emissor de informar ou de deixar registo de um facto para a posteridade, sendo a informação potencial; e, os outros dois conceitos ultrapassam o sentido estrito de documento, na medida em que abarcam tudo o que proporcione a um utilizador concreto *información, documentos, objetos, instituciones y personas*.

5º - A fixação do conceito de documento não pode depender do conceito de informação, porque esta só ocorre numa situação determinada pelo receptor e sua subjectividade: *La información, en nuestra concepción sólo existe cuando un usuario concede a los datos contenidos en un mensaje una utilidad que modifique o confirme su estado de conocimiento*.

6º - Para a Ciência da Documentação não é aceitável considerar *a priori* a utilidade informativa que qualquer objecto pode ter para um utilizador concreto: *No nos interesa la información efectiva ni la real. Preferimos apoyar nuestro concepto de documento en los mensajes que contienen información potencial para usuarios indeterminados*.

7º - Decorre do ponto anterior a perspectiva integradora, que sob o conceito de documento inclui tanto o documento científico e técnico, cuja função é informar (daí ser designado de informativo ou cognitivo) e sejam quais forem os seus suportes, como do documento administrativo próprio dos Arquivos e concebido com valor testemunhal e probatório.

8º - A principal singularidade do documento de arquivo é a sua origem administrativa natural ou involuntária, que o dota de um carácter testemunhal,

ao invés da origem voluntária do documento cognitivo, primordialmente informativo. Esta distinção reflecte-se numa diferente organização que contrapõe o fundo de Arquivo à colecção de Biblioteca.

9º - No que respeita ao suporte, estabelece-se uma classificação provisional em quatro grupos, sendo a principal diferença a que se verifica entre documentos analógicos e digitais. Introduziu-se ainda a variável de acesso ao conteúdo, imediato ou mediatizado por aparelhos, a tangibilidade e a estabilidade do suporte: *Se aprecia como en la evolución de los soportes se ha ido perdiendo estabilidad, duración e inmediatez en el acceso a favor de la distribución espacial.*

10º - O documento digital, que continua sendo, segundo a autora, documento por ter um conteúdo fixado num suporte e uma intencionalidade comunicativa, singulariza-se pelo facto de que a união da mensagem ao suporte não é indissolúvel, o que permite a virtualidade do documento digital, a fácil distribuição dos seus conteúdos e a problemática da sua conservação temporal: a difusão espacial tem primazia sobre a temporal.

11º - Mantém-se a convicção, apesar do impacto do hipertexto ou multimédia, que mescla diferentes códigos de informação, sobre a *pervivencia del libro tradicional, al menos como soporte de obras de creación. La tecnología todavía no puede competir con la sencillez y comodidad del papel.*

12º - Arquivos e Bibliotecas devem incorporar documentos digitais, tal como incorporam os analógicos, na medida em que se prevê uma coexistência longa e, ao utilizador, o que interessa é a informação e não os suportes onde ela se acha registada. Terão ainda que potenciar e normalizar a autodescrição dos documentos digitais por intermédio dos metadatos, bem como a avaliação da informação a reter em “memória”, face à exponencial produção de documentos a que se assiste e que a edição electrónica veio expandir de forma extraordinária.

13º - *Los archivos buscarán salvaguardar la integridad y autenticidad de los documentos digitales para reemplazar la autoridad del documento escrito, y las bibliotecas perseguirán un sistema útil de gestión de los derechos de autor que permita el uso de la información reteniendo un control razonable de los derechos de los documentos*¹⁶.

A posição assumida por Blanca Rodríguez Bravo corresponde não só à perspectiva ainda dominante na Europa e no Mundo de que apesar do impacto, profundo e extenso, da “revolução” informática, que permite enfatizar os conteúdos (a informação), em detrimento dos continentes (os suportes), o objecto de estudo e de trabalho de arquivistas, bibliotecários e documentalistas nunca poderá deixar de ser o documento e a Ciência da Documentação terá de ser forçosa-

¹⁶ Cf. RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca – *Op. cit.*, p. 257-260.

mente uma “ciência interdisciplinar”¹⁷, na medida em que a organização, recuperação e difusão dos documentos serve e possibilita o desenvolvimento das mais diversas ciências. A autora subscreve um modo de ver/de abordar (um paradigma) empírico-patrimonialista e tecnicista¹⁸, com várias *nuances* e correções, que devem ser reconhecidas, mas entre a tradição e a renovação a sua efectiva preferência ficou prisioneira de uma prática profissional de, pelo menos, dois séculos que resiste a um radical posicionamento, face não só ao estatuto epistemológico das Ciências Sociais, mas também face ao debate actual sobre os fundamentos perenes da Ciência e a contingência da Pós-Modernidade. Não surpreende, por isso, que se captem traços de positivismo ingénuo em alguns dos pontos apresentados, nomeadamente no 1º, 2º e 4º, tal a necessidade e esforço em apresentar o documento como objecto palpável e claramente identificável, ao contrário da informação que sendo subjectiva é difusa e indeterminada.

3. Da Einaudi à Filosofia da Informação

3.1. Karl Popper e o insustentável “documentalismo objectivo”

O indelével lastro positivista que o recente livro, posto em destaque, não conseguiu dissolver por completo, apesar das lufadas de renovação impostas pelas alterações concretas trazidas com o uso intensivo e extensivo da informática e da globalização telemática, está bem patente na prática dos profissionais de Biblioteca e de Arquivo, ainda que haja pudor em assumi-lo.

Foi, por isso, ousada e clarificadora a intervenção de António Miranda, num texto sugestivamente intitulado *A Ciência da Informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário*¹⁹. Recorre, aí, à teoria dos três Mundos do filósofo britânico de origem austríaca, Karl Popper, para significar com ele que a *objetivação do conhecimento transforma-o em objeto observável, em fenómeno independente. A literatura científica – e, por extensão, todo e*

¹⁷ Esta ideia, muito discutível do ponto de vista epistemológico, é claramente defendida por Yves Le Coadic: *A ciência da informação é uma dessas novas interdisciplinas, um desses novos campos de conhecimentos onde colaboram entre si, principalmente, a psicologia, a linguística, a sociologia, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a eletrônica, a economia, o direito, a filosofia, a política e as telecomunicações* (Cf. Idem – *A Ciência da informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996, p. 22; (trad. de livro da colecção *Que sais-je?*, PUF, 1994). Esta aposta na interdisciplinaridade, como estratégia de recurso para a cientificação da C. I., aparece subscrita por vários autores, além de Le Coadic, como refere ROBREDO, Jaime – *Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília, DF: Thesaurus Editora/SSRR Informações, 2003, p. 62 e ss.

¹⁸ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Op cit.*, p. 153-155; e SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação*, art. cit., p. 64-65.

¹⁹ Cf. MIRANDA, António – *A Ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário*. In AQUINO, Miriam de Albuquerque (org.) – *O Campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora Universitária, 2002, p. 9-24; e Idem – *Ciência da informação: teoria e metodologia de uma área em expansão*. Org. Elmira Simeão. Brasília DF: Thesaurus Editora, 2003, p. 173-187.

qualquer registro – se “coisifica” e se converte em matéria prima da ciência que, como a Ciência da Informação, pretendem entender sua natureza, comportamento, regularidades, possibilidades e as leis que fundamentam sua existência e desenvolvimento. O conhecimento objetivo, assim concebido, seria uma “coisificação” ou a autonomia da informação de seu criador. Uma vez produzido, o texto é público, sujeito a críticas, apropriações e reformulações até mesmo pelo seu criador. De fato, bibliotecários sempre coisificaram seus acervos, criando medidas e parâmetros relativos às suas propriedades físicas que permitem a sua seleção, aquisição, tratamento técnico, armazenamento, uso, sua propagação por diferentes tipos de mídia, etc. Informação no sentido tangível, mensurável, deteriorável física e intrinsecamente, com volume, peso, preço e outras propriedades administráveis²⁰.

Popper ajudou António Miranda a colocar, de forma incisiva, a questão nuclear e vital da razão de ser da pesquisa em Ciência da Informação e da legitimação funcional das profissões de bibliotecário, de documentalista e de arquivista. A questão pode pôr-se assim: a finalidade é descrever, armazenar, recuperar e tornar conhecido o documento, entendido como um objecto ou coisa destinada a ser lida/vista e/ou ouvida, ou antes a finalidade incide nas informações contidas nesse documento? A resposta de Miranda encontra no Mundo 3 de Popper, a âncora que permite restringir a acção investigativa e compreensiva dos cientistas da informação ao vasto acervo de registos físicos do conhecimento humano, o que daria à C. I. o invejado privilégio de possuir ou de trabalhar com “matéria” palpável, externa e independente do sujeito observador. Mas como é isto possível?! Será a C. I. uma dessas disciplinas que Odília Fachin agrupou sob a designação de ciências factuais/naturais a par da Química, da Física e da Biologia²¹? Ou será, pelo contrário, uma ciência factual/humana juntamente com a Sociologia, Antropologia, Política, História, Psicologia, Economia, Educação? Ou, como sustentam alguns autores, não saiu ainda da fase pré-paradigmática em que prevalece o cariz prático e descritivo (meramente tecnicista) das “primeiras disciplinas” fundadoras do “campo da informação” de acordo com a discutível selecção de Le Coadic²²? A verificar-se esta terceira hipótese ganha força a evidência de que não é correcto, nem tão pouco proveitoso, confundir actividade profissional com estatuto científico. Dito de modo mais simples: não se deve confundir ou estabelecer relação automática entre profissão e ciência.

²⁰ Cf. MIRANDA, António – In *Op. cit.*, p. 13-14; e MIRANDA, António – *Op. cit.*, p. 176-177.

²¹ Cf. FACHIN, Odília – *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Editora Atlas, 1993, p. 33.

²² São as seguintes: Biblioteconomia, Museconomia, Documentação e Jornalismo. Cf. LE COADIC, Yves – *A Ciência da informação, op. cit.*, p. 14-18.

3.2. A reinvenção historiográfica e cultural do documento

Para um começo de resposta a estas perguntas urge ver o que a crítica lapidar ao positivismo historiográfico de oitocentos traçou acerca da noção de documento, sinteticamente condensada por Jacques Le Goff no verbete *Documento/Monumento* do volume 1, *Memória – História*, da Enciclopédia Einaudi²³.

Le Goff, a abrir o seu texto, lança a seguinte prevenção basilar: os materiais do passado podem *apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador*²⁴. Estamos, na sua óptica, perante palavras e noções distintas, como a respectiva génese etimológica evidencia: a palavra latina *monumentum* resulta da combinação do verbo *monere* (que significa “fazer recordar” e, conseqüentemente, “avisar”, “iluminar” e “instruir”) com a raiz indo-europeia *men*, associada a uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*); e a palavra latina *documentum* deriva de *docere* “ensinar”, tendo adquirido depois a acepção de prova com amplo uso na terminologia legislativa, sobretudo a partir do séc. XVII, altura em que se generalizou na terminologia jurídica francesa a expressão *títres et documents*, ainda que o sentido actual de testemunho só date do séc. XIX²⁵. Uma rápida panorâmica traçada pelo autor – destacado representante da *Nouvelle Histoire*, herdeira e continuadora da obra marcante de Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores dos *Annales d’histoire économique et sociale* (1929) – permite-nos perceber que da Renascença ao Iluminismo se opera uma cisão entre documento e monumento, ficando aquele refém da escola histórica positivista de finais do séc. XIX e início do séc. XX: o documento é consagrado, a partir de então, como fundamento do facto histórico *ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objectividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito*²⁶. E percebe-se ainda que, só através da revolução documental do séc. XX, provocada pela ampliação da noção de documento proposta por Bloch e Lefebvre, é redescoberto o binómio documento/monumento, sintetizando Le Goff a sua tese seminal de modo impressivo:

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos, em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. O do-

²³ Ver LE GOFF, Jacques – Documento/Monumento. In *Enciclopédia Einaudi. Volume 1 – memória-história*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 95-106.

²⁴ Cf. LE GOFF, Jacques – *Op. cit.*, p. 95.

²⁵ Cf. *Ibidem*, p. 95.

²⁶ Cf. *Ibidem*, p. 95-96.

cumento é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingénuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar essa problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos²⁷.

Completando esta tese pode acrescentar-se que o documento ultrapassa bastante o texto, devendo o historiador diversificar as fontes codificadas (texto, números, desenhos, mapas, imagens, músicas e sons) e os mais diversos objectos (peças arqueológicas, artefactos antigos e modernos, vestígios naturais, etc.), o que aproxima claramente a noção de monumento da de fonte de informação referida por Branca Rodríguez Bravo. Torna-se, assim, proeminente o papel da interpretação do sujeito ou do sujeito-interpretante que busca, interpela e “lê” documentos/monumentos e colecções. E a respeito desta noção, tão cara a bibliotecários, arquivistas, museólogos e historiadores, não pode ser esquecido o verbete de Krzysztof Pomian, inserido no mesmo volume da *Einaudi*, e do qual tem interesse para aqui destacar o seguinte:

De um lado estão as coisas, os objectos úteis, tais como podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torná-las consumíveis, ou ainda proteger contra as variações do ambiente. Todos estes objectos são manipulados e todos exercem ou sofrem modificações físicas, visíveis: consomem-se. De um outro lado estão os semióforos, objectos que não têm utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura. A actividade produtiva revela-se portanto orientada em dois sentidos diferentes: para o visível, por um lado; para o invisível, por outro; para a maximização da utilidade ou para a do significado. As duas orientações, embora possam coexistir em certos casos privilegiados, são todavia opostas na maior parte das vezes²⁸.

Será o documento/monumento de Le Goff um semióforo tal como nos apresenta Pomian? E que interessa isso para o debate introduzido pelo livro de Branca Bravo? Que interesse têm os contributos de Le Goff e de Pomian para a clarificação epistemológica do objecto material da Ciência da Informação?

Em jeito de esboço de resposta, é altura de nos perguntarmos por que razão

²⁷ Cf. *Ibidem*, p. 103-104.

²⁸ Cf. POMIAN, Krzysztof – Colecção. In *In Enciclopédia Einaudi. Volume 1 – memória-história*, op. cit., p. 71.

os positivistas de oitocentos e outros, antes e depois deles, valorizaram tanto o texto a ponto de torná-lo sinónimo de documento. E, por extensão, podemos interrogar-nos ainda sobre a evidente força ou predominância do textual como prova jurídica – por exemplo, a força de um testamento em que alguém declara oralmente e/ou por escrito a sua vontade quanto ao espiritual e quanto ao temporal. Não será porque o texto sai, como um suspiro, como uma lágrima, ou como um sorriso do interior de uma pessoa, comprometendo-a, responsabilizando-a, identificando-a com o que ficou dito ou escrito? Esta interioridade (componente biopsíquica) do texto/documento confere-lhe um valor que transcende bastante o(s) seu(s) uso(s). No interior do sujeito, em interacção permanente com o seu meio envolvente, reside a permanente construção de sentido, de significado, potenciando-se um movimento semântico e semiótico bipolar – quem diz/escreve significa e quem recebe/descodifica/interpreta capta e refaz o significado.

A essência da comunicação passa por esse movimento em espiral, contínuo e infundável, implicando emissores, meios/canais para a mensagem e receptores, mas o que importa sublinhar, aqui, é que a interioridade humana de um texto valoriza-o como autêntico, mas não necessariamente como verdadeiro. Confundir atribuição rigorosa de autoria/de contexto de produção com verdade constituiu o ingénuo e fatal erro dos positivistas. Daí o alerta lúcido de Le Goff e dos pais dos *Annales*, apostados em alargar até ao máximo a noção de documento – operação indispensável ao historiador e, sobretudo, muito útil para o arquivista-positivista que persista em distinguir documento de arquivo de documento de biblioteca. Distinção que Branca Rodríguez Bravo se limitou a reproduzir acriticamente: é a sua origem administrativa natural ou involuntária que o dota de um carácter testemunhal, ao invés da origem voluntária do documento cognitivo, primordialmente informativo, como é o documento de biblioteca. O que, ao limite, disseram os novos historiadores é que esse carácter testemunhal foi, é e será sempre uma montagem subjectiva e conjuntural passível de uma indispensável desconstrução por quem se sirva dele para (re)escrever a História. E diante deste aspecto urge perguntar: essa montagem subjectiva e conjuntural não resulta, afinal, do simples facto do ser humano se expressar de acordo com as suas características pessoais e os seus interesses e necessidades espacio-temporais concretas? Temos, de novo, a questão da interioridade humana do documento que leva, inevitavelmente, a separar conteúdo de continente/suporte; mentefacto de artefacto.

Qual dos dois é um semióforo? Serão ambos? Quando um texto perde a utilidade para que foi feito ou a função prática de que foi investido converte-se potencialmente num semióforo, para adoptarmos a acepção de Pomian? Dêmos um exemplo: um recibo de uma compra perde utilidade fiscal ao fim de certo prazo, mas nunca deixa de ser um texto com determinadas características formais,

podendo ser transcrito e incorporado num texto literário ou historiográfico elaborado muitos séculos depois... Dir-se-á que está a ser reutilizado. Mas é reutilizado tal como se reutiliza um velho gramofone restaurado e operacional?

A resposta é prematura e fica, por enquanto, em suspenso, na medida em que estamos ainda e tão só a sugerir que o documento, tomado simplesmente como pode ser – palavras, números, traços cores e imagens registados num suporte –, remete para um plano ontológico diverso da natureza de qualquer suporte. Mais: estamos a postular que o documento só faz sentido como objecto de estudo de uma Ciência Social naquilo que ele possui de intrinsecamente humano e social (a expressão codificada de ideias, sentimentos, vivências, acontecimentos, etc.) transmitido e captado através do registo (escrita, notação numérica e musical, desenho e pintura) numa qualquer superfície palpável. O documento está associado à mutação do fenómeno Informação (chamamo-lo assim e consideramo-lo radicado na cognição e em outras faculdades neuro-psíquicas²⁹) – em processo comunicacional – interpessoal e colectivo³⁰.

3.3. O efeito perverso da “teoria da informação” de Shannon e Weaver

Essa mutação ocorre por intermédio do acto de registar, que tem sido sobrevalorizado pela generalidade dos profissionais e especialistas nesta área, mesmo pelos raros solistas que se destacaram do “coro do unanimismo” como foi o caso de K. J. McGarry com o seu clássico *The Changing context of Information: an introductory analysis* (1981)³¹.

Por não ter considerado o termo informação sinónimo da expressão *conhecimento explícito* ficou prisioneiro da acepção comum de que a informação é algo que vem de fora, é processada pela mente humana e volta a existir enquanto entidade externa na forma de livros, revistas, jornais, discos compactos, filmes, vídeos, etc. Mas apesar desta deriva sensorialmente materialista, McGarry teve o mérito indiscutível de perceber a raiz cognitiva, mnemónica e psicolinguística do conteúdo dos documentos, como soube também evitar o propalado “canto de sereia” da *Teoria Matemática da Comunicação*, inadequadamente designada *Teoria da Informação*, de Claude Shannon e W. Weaver (1949)³² referindo de forma taxativa o seguinte: *A perspectiva da teo-*

²⁹ Ver a título propedêutico VIEIRA, António Bracinha – Cognição. In *Enciclopédia Einaudi. Volume 34 – comunicação – cognição, op. cit.*, 2001, p. 296-313; e Idem – Processos cognitivos. In *Ibidem*, p. 314-356.

³⁰ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Op. cit.*, p. 84 e ss.

³¹ Ver tradução portuguesa com um título diverso do original: MCGARRY, K. J. – *Da Documentação à informação: um contexto em evolução*. Edição realizada em colaboração com a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). Lisboa: Editorial Presença, 1984.

³² Uma condensada e acessível introdução a esta teoria encontra-se em: EPSTEIN, Isaac – *Teoria da informação*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1988. Ver também LE COADIC, Yves F. – *Théorie de l'information / "Information" theory*. In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation, op. cit.*, p. 572- 574.

ria da comunicação é eleita do engenheiro de telecomunicações. Gros-seiramente, a informação é concebida como o oposto da incerteza e medida do imprevisto da mensagem e da incerteza assim reduzida. Mas é apenas uma quantidade e não especifica significado, utilidade, veracidade, existência de facto histórico ou propósito. Enfim, nada tem a ver com o significado duma mensagem³³. Crítica certa e irrefutável que hoje vai sendo consensual.

No entanto, o impacto generalizado dessa teoria contaminou o esforço definatório de Informação a ponto de ficar consagrado um vastíssimo espectro semântico que transpôs fronteiras anichando-se em recantos inusitados e complexos como o da Estética³⁴ e atingiu o paroxismo da hiper-interdisciplinaridade no programa de estudos, desde 1994, das *Virtual Conference on Foundations of Information Science*³⁵, sendo os temas para 2002 os seguintes: informação e causalidade; realismo e informação, a “ciência é exploração e não consenso”; tempo e três infos, “o que há acerca da desinformação?”, “passagem à moderação” e arte, forma e simetria. Em 1994, ano primeiro desta policromática iniciativa, constam do elenco temático os conceitos fundamentais em Física Quântica, Ciências da Computação, Física e Química, as células vivas e suas componentes moleculares (“sociedade das enzimas”), os neurónios, sistema nervoso e organismos (“sociedade de neurónios”) e a informação e a organização dos sistemas sociais. E, para além desta descomunal elasticidade conceptual, é preciso ainda inscrever o referido impacto em algo mais profundo — o complexo de inferioridade dos cientistas sociais relativamente ao trabalho científico “duro”³⁶, complexo esse que explica, por exemplo, a equivocada fórmula de Bertram Brookes, que exprime a passagem de um estado de conhecimento $k(S)$, para novo estado de conhecimento $K(S+\delta S)$, através de um acréscimo de conhecimento δK , resultante de um acréscimo de informação δI sobre $k(S)$ e, em δS , é o efeito dessa modificação verificada no estado inicial de conhecimento³⁷. Interessante esforço formalista, útil ao nível da mera retórica geral e prática, mas infrutífero e inexacto no plano estritamente científico, dada

³³ Cf. *Ibidem*, p. 18.

³⁴ Continua sendo a este propósito referência obrigatória MOLES, Abraham A. – *Théorie de l'information et perception esthétique*. Paris: Flammarion, 1958. Ver também NETTO, J. Teixeira Coelho – *Introdução à teoria da informação estética*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1973.

³⁵ Cf. <http://fis.iguw.tuwien.ac.at/fis2002/prediscussion.html>. Consultada a 2/1/2004. Ver também ROBREDO, Jaime – *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*, *op. cit.*, p. 68.

³⁶ É bem conhecida e comprovável no quotidiano através de órgãos de comunicação social a ideia comum e simplista de que os cientistas com maiúsculas são apenas os físicos, os químicos, os biólogos, os astrónomos, os matemáticos e poucos mais, abrangidos pela acepção moderna da Ciência, enquanto os cientistas sociais e das humanidades são relegados para uma zona cinzenta e dúbia passível de ser englobada pelas noções fluídas de arte e cultura.

³⁷ Cf. SILVA, Armando Malheiro da – *Conhecimento/Informação: sinonímia e/ou diferenciação*. In *op. cit.*, p. 24.

a impossibilidade, à luz do construtivismo piageteano (e seus sucedâneos) e das pesquisas em curso das neurociências, de distinguir conhecimento explícito ou comunicado/transmitido (diferente de cognição e de processos neurocerebrais) de informação³⁸, muito simplesmente porque ambos os termos/noções correspondem ao mesmo fenómeno humano e ao mesmo processo social.

Temos, assim, dois equívocos evidentes: usar a Informação como um conceito difuso e geral que se aplica a tudo ou, pelo menos, a uma panóplia de fenómenos e de processos distintos patentes na natureza humana, animal, terrena e cósmica³⁹; e considerar, necessária e correcta, a distinção subtil entre dado, informação e conhecimento, condensada numa definição proposta em 1998 por Max Boisot⁴⁰. No final deste ensaio retomaremos a seguinte ressalva: a noção de dado se for aplicada a todos os elementos obtidos mecanicamente (sem a interferência humana directa, como a do fotógrafo ou a do cineasta que manipula e escolhe os ângulos e os enquadramentos pretendidos) na natureza e no cosmos é diferente da de conhecimento/informação.

Indiferente a estes equívocos, Anthony Wilden, num verbete que nos remete de novo para a *Einaudi*, seguiu e cumpriu o propósito de esclarecer e de compendiar a malha semântica do conceito Informação, através de *dois sentidos recentemente surgidos e relativamente específicos*⁴¹:

³⁸ Cf. *Ibidem*, p. 34-39.

³⁹ McGarry enumera no seu livro algumas definições de Informação que, no seu conjunto, evidenciam a equivocada tentativa de formatar realidades e fenómenos radicalmente diversos debaixo do mesmo termo/conceito. Ver MCGARRY, K. J. – *Op. cit.*, p. 15-17. Por sua vez, Jaime Robredo fez uma recolha mais exaustiva e comentada: ROBREDO, Jaime – *Op. cit.*, p. 1-26.

⁴⁰ Ver BOISOT, Max – *Knowledge assets: securing competitive advantage in the information economy*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1998. Cit. por ROBERTS, Joanne – *The Drive to codify: implications for the knowledge-based economy*. In *Proceedings of the 8th International Joseph A. Shumpeter Society Conference, 28th June-1st July 2000*. Manchester: University of Manchester, UK, 2000. Essa definição está traduzida para português nestes termos: **Dados** são definidos como uma série de observações, medidas ou fatos na forma de números, palavras, sons e/ou imagens. Os dados não têm significado próprio, mas fornecem a matéria prima a partir da qual é produzida a informação. Informação é definida como dados que foram organizados de uma forma significativa. A informação deve estar relacionada com um contexto para possuir significado. Conhecimento é definido como a aplicação e o uso produtivo da informação. O conhecimento é mais do que a informação, pois implica uma consciência do entendimento adquirido pela experiência, pela intuição ou pelo aprendizado. Entretanto, a relação entre conhecimento e informação é interactiva. A geração do conhecimento depende da informação, já a coleta de informação relevante requer a aplicação do conhecimento. As ferramentas e métodos aplicados à informação também influem sobre a geração do conhecimento. A mesma informação pode dar lugar a uma variedade de tipos de conhecimento, dependendo do tipo e propósito da análise. No nível pessoal, o conhecimento pode ser visto como centrado no indivíduo. Comparado à informação, o conhecimento implica um processo muito mais amplo que, pela sua vez, envolve estruturas cognitivas capazes de assimilar a informação e de situá-la num contexto mais amplo, permitindo ações que podem ser empreendidas a partir dela (Cf. ROBREDO, Jaime – *Op. cit.*, p. 16-17).

⁴¹ Cf. WILDEN, Anthony – Informação. In *Enciclopédia Einaudi. Volume 34 – comunicação - cognição*, op. cit., 2001, p. 11.

O primeiro é o sentido estritamente técnico ou tecnológico: informação como quantidade mensurável em bit (binary digit). É a informação métrica da teoria clássica da informação [Claude Shannon], a teoria combinatória e estatística da informação, baseada na lógica e na matemática da probabilidade.

O segundo sentido pertence a uma abordagem diversa, abordagem esta que pode, porém, servir-se da primeira nos casos em que seja aplicável, como acontece, por exemplo, na logística da transmissão da informação mediante sistemas artificiais, como a comunicação via radar ou satélite. O segundo sentido é, porém, sempre qualitativo antes de ser quantitativo, como de facto deveria ser (apesar de tudo, a quantidade é um tipo de qualidade, ao passo que o inverso não se verifica). O segundo sentido conserva, muito mais do que o sentido métrico ou quantitativo, o significado quotidiano do termo 'informação'. Hoje, porém, aplicamos muito mais a 'informação' em contextos relativamente insólitos ou pouco familiares (por exemplo, para explicar as características do sistema imunitário corpóreo, ou o comportamento de uma membrana celular).

A informação apresenta-se-nos em estruturas, formas, modelos, figuras e configurações; em ideias, ideais e ídolos; em índices, imagens e ícones; no comércio e na mercadoria; em continuidade e descontinuidade; em sinais, signos, significantes e símbolos; em gestos, posições e conteúdos; em frequências, entonações, ritmos e inflexões; em presenças e ausências; em palavras, em acções e em silêncios; em visões e em silogismos. É a organização da própria variedade⁴².

Sugestiva e engenhosa a abordagem semântica da informação como organização da variedade proposta por Wilden, mas paralisante porque nos encerra num impasse conceptual inaceitável — a informação tem a ver com tudo e tudo tende a transformar-se em informação, não sendo possível definir os contornos palpáveis e concretos dessa infinita variedade que o conceito elasticamente abarca. Este impasse fica bem ilustrado pela analogia frequente entre informação e energia, por serem ambas impossíveis de definir: *A informação – concluiu Jaime Robredo – é uma propriedade fundamental do universo e, como a energia, possui uma realidade própria. Não parece que seja possível definir de forma genérica; da mesma forma que a energia, torna-se mais compreensível quando acompanhada de um qualificativo: energia eléctrica, energia hidráulica, energia nuclear, etc.; informação científica e técnica, informação codificada, informação social, informação estratégica, informação genética, etc.*⁴³ Fazem-se, é claro, as analogias para todos os gostos e feitios, com maior ou menor êxito retórico e discursivo, mas também se corre, com frequência, o risco grave da confusão e do ruído semântico total. E, no caso vertente, o risco parece-nos por demais evidente. Daí que entendamos possível uma via alternativa ao impasse ilustrado pela analogia energia-informação que consiste em secundarizar o enfoque terminológico, baseado no rastreio amplo das diferentes acepções com que se aplica o termo informação, e dar primazia à delimitação de um segmento de reali-

⁴² Cf. *Ibidem*, p. 11. Ver como intróito útil ao verbete a sinopse que se encontra no fim, p. 77. Recomenda-se também e como complemento a leitura de WILDEN, Anthony – Comunicação. *Enciclopédia Einaudi. Volume 34 – comunicação - cognição*, ob. cit., 2001, p. 108-204.

⁴³ Cf. ROBREDO, Jaime – *Op. cit.*, p. 147.

dade humana e social identificável e nomeada pelo termo de informação (escolhido pela carga denotativa que é possível extrair da raiz etimológica desta palavra). Esta via será retomada adiante.

3.4. Os paradigmas de Capurro e os problemas filosóficos postos à C.I.

Entretanto, importa trazer à colação, para remate deste já longo item, o contributo de dois autores que, cada um com o seu ângulo específico de abordagem, revelam alguma afinidade com a proposta interpretativa que reservamos para o penúltimo item deste ensaio.

A ordem cronológica de apresentação tem de ser esta: da vasta e variada produção de Rafael Capurro, professor em Ciência da Informação e Comunicação na Universidade de Stuttgart⁴⁴, interessa, aqui, destacar *On the Genealogy of Information*⁴⁵ e *Epistemología y Ciencia de la Información*⁴⁶. E, por fim, entra em cena o recentíssimo livro de Fernando Ilharco, assumidamente influenciado pela Filosofia da Informação proposta por Luciano Floridi⁴⁷.

Capurro e Floridi são ambos filósofos e têm partido da Filosofia para as suas indagações em torno e no interior da *Sociedade da Informação*⁴⁸ modelada, na segunda metade de novecentos, pelo impacto imparável e profundo das Tecnologias da Informação e Comunicação (as TIC). Capurro, ao contrário de Floridi, inclui em seu *curriculum vitae* uma formação especializada como documentalista e este facto singulariza várias das suas intervenções a respeito da temática/problemática em foco, como está bem patente nos dois textos referidos.

Em *On the genealogy of information* e no término de uma deambulação que enfatiza o debate sobre o conceito da Informação (subsumido no de Comunicação ou vice-versa), os seus matizes helénicos e as apropriações filosóficas posteriores, Rafael Capurro chega a uma agenda de questões e de inquietações⁴⁹, que constam normalmente do programa de pesquisa e de reflexão dos

⁴⁴ Cf. www.capurro.de. Consultada a 26/12/2003.

⁴⁵ Cf. CAPURRO, Rafael – *On the genealogy of information*. In KORNWACHS, K.; JACOBY, K. (ed.) – *Information: new questions to a multidisciplinary concept*. Berlin: Akademie Verlag, 1996, p. 259-270.

⁴⁶ Cf. Idem – *Epistemología y ciencia de la información*. In ENANCIB–ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, Belo Horizonte, 2003 – *Informação, conhecimento e transdisciplinaridade: anais*. [cd-rom]. Versão em word por windows 98. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

⁴⁷ Cf. www.wolfson.ox.ac.uk/~floridi/. Consultada a 26/12/2003.

⁴⁸ É já volumosa a bibliografia específica sobre esta problemática, mas para se ter uma perspectiva global e consistente da abordagem sociológica produzida veja-se LYON, David – *A Sociedade da informação: questões e ilusões*. Oeiras: Celta Editora, 1992 e CASTELS, Manuel – *A Era da informação: economia, sociedade e cultura: vol. 1 – A sociedade em rede. Vol. 2 – O poder da identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

⁴⁹ Na Conclusão, o Autor sintetiza a trajectória discursiva deste modo: *Knowledge is now indeed a thing to be marketed and the marketing divisions play a key role in the expanding information industry. The modern separation between ideas and commodities was an information utopia and it seems as if we have attained now the opposite one. The same thing has happened to the other modern sharp distinctions*

sociólogos da política e da comunicação (com destaque para a tópica inesgotável da *Sociedade da Informação*). Pelo meio ficou expressa a intenção de uma teoria hermenêutica da informação (associada a fenómeno antropológico) em traços claros:

The development of an anthropological information theory within the framework of hermeneutics embracing not just the interpretation but also the construction and transmission of messages is still an open task. It concerns not only information and library science but also 'informatics' (or computer science). The intersection between hermeneutics and information theory means not only a transformation of the later but also of the former seeing that traditional hermeneutics was primarily oriented towards the interpretation of the spoken word and/or printed texts. A hermeneutics of information science should also embrace the construction and transmission of messages by particularly taking into account the question of the media, as has indeed been done since Plato's criticisms of writing. In our present situation we are looking particularly for the new hermeneutic questions which arise in an electronically networks world⁵⁰.

A proposta teórica de Capurro desenvolve-se no pressuposto de que informação e comunicação são dois termos aplicados a um único fenómeno humano, sem diferenças, nem gradações. Que os dois termos andem intimamente associados parece-nos óbvio, mas que tenham de ser sinónimos é matéria de discordância e de discussão noutra espaço⁵¹.

*between ideas and interests, theory and practice and science and state as analyzed by Spinner (Spinner 1992). We are in a situation where the new order can no longer be based on the principle of separation but on that of interaction or even fusion between these spheres. This insight raises new questions concerning the relation of information and power: 1. If public opinion is shaped through all kind of media and particularly through electronic networks, how can manipulation be avoided or at least restricted? // 2. If there is no neutral communication medium, what would a democratic and international control of information monopolies look like? // 3. If there is a plurality of senders, i.e., a situation of controversial truth authorities, how do we manage misinformation and disorientation? // 4. If science, economy, national and international politics and societal forces interact in such way that different structures of power are possible, where would an open discussion of alternatives take place? // And, finally, what would a social information order look like if it is to be conceived as a 'pendant' to a social market economy? (Cf. CAPURRO, Rafael – On the genealogy of information. In *op. cit.*; <http://www.capurro.de/enancib.htm>). Estas questões têm cabimento dentro do campo de investigação da Ciência da Informação se puderem ser sistematicamente exploradas e não apenas enunciadas em função da leitura ensaística das mudanças observáveis. Esta estratégia mais especulativa, que científica deve, em nossa opinião, situar-se no discurso da Filosofia.*

⁵⁰ Cf. CAPURRO, Rafael – *On the genealogy of information, op. cit.*

⁵¹ Está prometido um ensaio sobre o binómio Informação-Comunicação e, por isso, não adiantaremos muito mais a respeito. No entanto, é oportuno lembrar que o sentido dicionarizado de informação, como notícia, facilitou o “ruído”, a confusão, ou seja, a redução do acto de informar à actividade jornalística, da rádio e do áudio-visual. Perspectiva proclamada, sem hesitação e com a mais voluntarista das intenções, por René MAHEU, Director-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), desde 1962. São dele as seguintes palavras proferidas em 1963: *A informação, indiscutivelmente um dos elementos essenciais da vida em sociedade, e a mola indispensável, na medida em que o seu papel consiste em comunicar os conhecimentos que se referem à actualidade, sofreu, no decorrer dos últimos anos, profundas transformações quantitativas e qualitativas: a imprensa, o cinema, a rádio, a televisão introduziram uma verdadeira revolução, cujas conseqüências estamos ainda longe de poder avaliar. Atingindo actualmente todas as camadas sociais e territórios imensos, a imagem sonora, completando a imagem impressa sem a suplantar, nem mesmo concorrer com ela, deu à informação um alcance universal* (Cf. Idem – *A Civilização do universal*. Lisboa: Editora Ulisseia, s. d).

Embora este aspecto seja ponto de alguma clivagem, assim como é, também, discutível o propósito eminentemente sociológico do citado autor de desmontar e denunciar a questão do poder (manipulação, monopólios e desorientação) na nova ordem da informação social – temática que entra no campo de estudo da C. I. não como ponto destacado e nuclear, mas como aspecto adjacente do comportamento informacional⁵² –, entendemos ser oportuna e correcta a recen-tragem do debate sobre a informação no contexto humano e social onde se inscreve a correlativa fenomenalidade. E, neste sentido, o segundo texto de Capurro é bem mais proveitoso, porque, por um lado, enuncia aí com extrema clareza as raízes dessa ciência:

La ciencia de la información tiene por así decirlo dos raíces: una es la biblioteconomía clásica o, en términos más generales, el estudio de los problemas relacionados con la transmisión de mensajes, siendo la otra la computación digital. La primera raíz nos lleva a los orígenes mismos, por cierto oscuros, de la sociedad humana entendida como un entretejido o una red de relaciones, Hannah Arendt habla del “web” of human relationships” (Arendt 1958, 183), basadas en el lenguaje, es decir en un ámbito hermenéutico abierto, donde los entrecruces metafóricos y metonímicos permiten no sólo mantener fluido el mundo de las convenciones y las fijaciones que hacen posible una sociedad humana relativamente estable, sino también que nos permiten generar la capacidad de preguntar por lo que no sabemos a partir de lo que creemos que sabemos. Es claro que esta raíz de la ciencia de la información o, como también podríamos llamarla, de la ciencia de los mensajes (Capurro 2003b), está ligada a todos los aspectos sociales y culturales propios del mundo humano. La otra raíz es de carácter tecnológico reciente y se refiere al impacto de la computación en el proceso de producción, recolección, organización, interpretación, almacenamiento, recuperación, diseminación, transformación y uso de la información y en especial de la información científica fijada en documentos impresos. Este último impacto permite explicar por qué el paradigma físico deviene predominante entre 1945 y 1960, siguiendo la periodización propuesta por Julian Warner (2001). El problema de esta periodización consiste no sólo en el hecho de que antes de 1945 existía ya en el campo de la bibliotecología lo que hoy llamamos el paradigma social, sino también, como veremos a continuación, en transformaciones posteriores de este paradigma que llegan hasta la actualidad⁵³.

Por outro, detém-se na caracterização daquilo que ele designa por paradigmas da C. I., numa acepção algo livre da formulação original de Thomas Khun⁵⁴ e no controverso pressuposto de não ser questionável o estatuto de cien-

⁵² A importância desta linha de estudo no coração da C.I., denominada frequentemente por estudos de utilizadores e reformulada na literatura anglo-americana sob a designação de *information behaviour* (comportamento informacional), justificou a inclusão de uma disciplina com o nome precisamente de Comportamento Informacional no 2º ano da Licenciatura em Ciência da Informação, projecto conjunto das Faculdades de Letras e de Engenharia da Universidade do Porto – ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Op. cit.*, p. 149 e seg.

⁵³ Cf. CAPURRO, Rafael – *Epistemología y ciencia de la información*, texto cit. Ver <http://www.capurro.de/enancib.htm>

⁵⁴ Ver KHUN, Thomas – *A Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, p. 67-76.

tificidade dessa disciplina⁵⁵. Identifica ou “isola” três: o paradigma físico, intimamente relacionado com o impacto atrás referido da teoria de Shannon e Weaver e baseado na ideia de que há algo, um objecto físico, transmitido por um emissor a um receptor, com implicações sérias no campo prático da C. I., nomeadamente a mais grave de todas que é a exclusão do papel activo do sujeito cognoscente ou, em termos mais concretos, do utilizador no processo de recuperação da informação científica em particular, assim como em todo o processo informativo e comunicativo em geral⁵⁶; o paradigma cognitivo, proposto entre outros por Bertram Brookes, que, por seu turno, se terá inspirado na ontologia de Karl Popper com a teoria dos “três mundos”⁵⁷, subjectivando o modelo *en el que los contenidos intelectuales forman una especie de red que existe sólo en espacios cognitivos o mentales y llama a dichos contenidos “información objetiva”*⁵⁸; e o paradigma social, surgido para colmatar as limitações do paradigma anterior (a principal das quais é o facto de o utilizador ser visto exclusivamente ou em primeiro lugar como sujeito cognoscente, subestimando os condicionalismos sociais e materiais do existir humano) e sustentado pela crítica de Brend Frohmann, segundo o qual *el punto de vista cognitivo relega a los procesos sociales de producción, distribución, intercambio y consumo de información a un nivel numenal, indicado sólo por sus efectos en las representaciones de generadores de imágenes atomizados. La construcción social de los procesos informativos, es decir la constitución social de las “necesidades de los usuarios”, de los “archivos de los conocimientos” y de los esquemas de producción, transmisión, distribución y consumo de imágenes queda así excluida de la teoría de la bibliotecología y de la ciencia de la información*⁵⁹, ou seja, Frohmann critica a uma epistemología basada en conceptos como “imágenes mentales”, “mapas cognitivos”, “modelos del mundo”, “realidades internas”, etc.⁶⁰ E além destes três, Capurro finaliza acrescentando um quarto paradigma que resulta da combinação do cognitivo com o social e que foi desenvolvido por Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen sob a designação *de domain analysis*:

en el cual el estudio de campos cognitivos está en relación directa con comunidades discursivas (“discourse communities”) es decir con distintos grupos sociales y laborales que constituyen una sociedad moderna. Una consecuencia práctica de este paradigma es el abandonar la

⁵⁵ A mudança brusca de paradigma postulada pelo físico Thomas Khun aplica-se àquilo que ele designou por “ciência normal”, categoria em que parece não entrarem outras ciências, além das “exatas” ou “naturais”, como são as sociais e humanas. Sendo a C.I. necessariamente uma ciência social o modelo de Khun pode aplicar-se mas com as devidas adaptações, prevenção que não é líquido ter sido seguida por Capurro.

⁵⁶ Cf. CAPURRO, Rafael – Epistemología y ciencia de la información, texto cit. Ver <http://www.capurro.de/enancib.htm>.

⁵⁷ É interessante notar que Capurro “lê” Popper e seus “três mundos” de forma diversa da de António Miranda, citado atrás.

⁵⁸ Cf. CAPURRO, Rafael – Epistemología y ciencia de la información, texto cit. Ver <http://www.capurro.de/enancib.htm>.

⁵⁹ Cf. Ibidem.

⁶⁰ Cf. Ibidem.

búsqueda de un lenguaje ideal para representar el conocimiento o de un algoritmo ideal para modelar la recuperación de la información a lo que aspiran el paradigma físico y el cognitivo. Una base de datos bibliográfica o de textos completos tiene un carácter eminentemente polisémico o, como lo podríamos llamar también, polifónico. Los términos de un léxico no son algo fijo definitivamente. El objeto de la ciencia de la información es el estudio de las relaciones entre discursos, áreas de conocimiento y documentos en relación a las posibles perspectivas o puntos de acceso de distintas comunidades de usuarios (Hjørland 2003). Esto significa, en otras palabras, una integración de la perspectiva individualista y aislacionista del paradigma cognitivo dentro de un contexto social en el que diferentes comunidades desarrollan sus criterios de selección y relevancia⁶¹.

Através do exercício sinóptico de Capurro chegamos a uma perspectiva de síntese, que discordamos seja mesmo um paradigma (tal como sucede com os outros três), mas, sem dúvida, preciosa para associarmos o conceito de informação a uma fenomenalidade simultaneamente humana (individual) e social (colectiva), o que hoje, após séculos de produção filosófica e científica, se torna irrefragavelmente óbvio.

Podemos, assim, pela achega de Hjørland e Albrechtsen desembocar na abordagem de Fernando Ilharco, valiosa neste ensaio não tanto por fazer a divulgação em Portugal da área de estudo da *Filosofia da Informação* lançada por Luciano Floridi, mas sobretudo por se deter na informação enquanto fenómeno e, como refere em subtítulo, enquanto fundação da acção, da comunicação e da decisão.

Inspirando-se em Burrell e Morgan (1979), Ilharco parte dos paradigmas da Informação para a respectiva caracterização filosófica (ou antes sociológica?)⁶² desse fenómeno:

Assim, o fenómeno da informação, por exemplo e porque é o que estamos a endereçar neste texto, pode ser estudado, analisado e investigado no âmbito de um dos quatro tipos de paradigmas: interpretativista, funcionalista, humanista radical e estruturalista radical. Desta forma, em função dos pressupostos que tomamos sobre a natureza do mundo e do conhecimento, poderão variar os resultados da nossa investigação. Estes resultados são condicionados a priori por aquele tipo de pressupostos fundadores. (...)

A informação emerge assim de diversas formas conforme nos localizemos num ou noutro paradigma conceptual. De um ponto de vista interpretativista e radical humanista, a informação está emaranhada na problemática decisiva do significado e das relações e referências entre as coisas, isto é, entre os fenómenos. De um ponto de vista estritamente interpretativista

⁶¹ Cf. Ibidem.

⁶² A nossa reserva à emergente Filosofia da Informação de Floridi e à própria abordagem filosófica de Rafael Capurro consiste em considerá-la apenas uma extensão salpicada de sólida erudição colhida na Filosofia (da Clássica à Contemporânea) da reflexão e da pesquisa sociológicas ilustrada, entre muitos, por autores como Daniel Bell, David Lyon e Manuel Castels. E se a confrontarmos com a linha ensaística inaugurada em meados do séc. XX por Marshall McLuhan e em que mais recentemente pontificam nomes como o de Pierre Lévy (autor, por exemplo, de *Cibercultura: relatório para o Conselho da Europa no quadro do projecto Novas tecnologias: cooperação cultural e comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000) então parece ser mais flagrante a conclusão de estarmos perante a mesma "coisa" sujeita a uma mera alteração de cosmética.

a informação é o próprio significado; ela é o significado para o sujeito que experimenta a acção de ser/estar/ficar informado. Nesta perspectiva a informação é um fenómeno interpretativo, dependente do sujeito, assente na experiência de determinado indivíduo e na historicidade, pressupostos, contextos e envoltimentos no âmbito dos quais e com os quais esse mesmo indivíduo se informa ou é informado. (...)

Para o paradigma humanista radical a informação emerge no âmbito da acção comunicativa que define a sociedade humana. (...)

Este entendimento da informação como fenómeno situado no tempo e no espaço e dependente do contexto em que surge, caracterizando de acordo com a metodologia de Burrell e Morgan os paradigmas interpretativista e humanista radical, perde-se nos restantes dois paradigmas da matriz, o estruturalista radical e o funcionalista. Nestes dois a informação é objectificada, isto é, ela é entendida como um objecto — claro, preciso e definido. Estes paradigmas diferem entre eles apenas no que respeita ao que assumem sobre a natureza do mundo e da sociedade. O último, o paradigma funcionalista, partilha com o paradigma interpretativista, a noção de base de estabilidade entre as coisas, os fenómenos, as condições naturais que nos foram dados. O último, o paradigma estruturalista radical, partilha com o paradigma humanista radical, os pressupostos sobre a natureza conflituosa, competitiva e de mudança do mundo e da sociedade⁶³.

Por muito sugestivos que estes paradigmas sejam ou pareçam ser, é inevitável interrogarmo-nos o que é que os aproxima ou os afasta dos paradigmas propostos por Capurro. Há, desde logo, uma distinção evidente: Capurro amarrou os seus paradigmas ao campo (natureza e evolução) da C.I., enquanto o modelo proposto por Burrell e Morgan parece identificar-se mais com a preocupação de recensear as diferentes “escolas” ou “correntes” através das quais a informação pode ser vista e enfatizada. Ambos usam a noção khuniana de paradigma e mais uma vez fica a dúvida sobre o proveito científico de um uso operatório demasiado livre e elástico, inclusivamente se não será mais vantajoso estabelecer uma nítida separação conceptual entre paradigma e teoria científica.

Mas, mais importante que a caracterização paradigmática é a abordagem problemática do fenómeno da informação proposta por Ilharco, mesmo que este autor se recuse a explicar num item ou num parágrafo do seu livro com todos os recursos e detalhes o que entende ou como define este fenómeno. Em vez de respostas, Ilharco enumera, bastante bem, perguntas, distribuídas por dezanove problemas, desencadeados a partir de um problema fundador – *Um problema fundador ou um bom problema deve assentar a sua pertinência pelo menos numa boa dose de auto-evidência. Deve tratar-se de uma questão claramente identificada, muito rica em consequências, razoavelmente fácil de entender, mas difícil de resolver, solucionar ou decifrar, mas ainda assim acessível à investigação. O problema da informação – o que é a informação, quais as suas características, aspectos, essência, manifestações, relacionamentos, possibilidades, etc. – é uma questão que obedece ao enquadramento exposto, o qual (...) assenta numa única e poderosa questão: o que é a informação?*⁶⁴

⁶³ Cf. ILHARCO, Fernando – *Filosofia da informação: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003, p. 49-50.

⁶⁴ Cf. *Ibidem*, p. 57.

Os problemas recenseados, por Fernando Ilharco, a partir deste genuíno problema fundador são:

a) problema ontológico: *Qual a natureza da informação? O que é a informação? O que é essencial ao fenómeno da informação para que seja tal como é? O que é a essência da informação? Poderá definir-se, detalhar-se, fragmentar-se a informação nas suas partes constitutivas? Será a informação um fenómeno total e indivisível?*⁶⁵

b) problema epistemológico: *Como reflectir acerca do modo como buscamos conhecimento (seja qual for o entendimento que tenhamos do acto de conhecer) sem antes esclarecer a natureza da própria informação que acedemos na tentativa de obter conhecimento? Será possível pensar a epistemologia sem pensar a informação? Quais as abordagens, métodos e técnicas que poderão ser usadas para investigar adequadamente o fenómeno informação?*⁶⁶

c) problema da realidade: *Que relação existe entre a informação e a realidade? É a informação realidade? O que é a realidade da informação? Pode o real ser informacionalizado? O que é a representação? Que tipo de correspondência há entre a informação e aquilo a que ela se refere? Que relação existe entre informação e o sujeito? E entre o sujeito e a realidade?*⁶⁷

d) problema da verdade: *A verdade ou o ser verdadeiro, correcto, é uma característica da informação? O que é a desinformação? A desinformação é informação? Qual a relação entre informação, verdade e acção? Dando como certo a informação informar terá consequências e quais? Qual a relação entre informação, probabilidade e certeza?*⁶⁸

e) problema do ser: *Que relação há entre informação e ser? O ser e a informação podem ou não ser ditos de muitas, mas das mesmas formas? Que relação há entre uma noção, um conceito ou um fenómeno e o outro? Será essa eventual relação accidental ou essencial? O que é a informacionalização do ser?*⁶⁹

f) problema dos níveis de abstracção: *O relógio informa-nos sobre as horas, um livro informa-nos sobre determinado assunto, a reflexão informa-nos também sobre isto ou sobre aquilo. A que níveis de abstracção se coloca cada uma dessas informações? E a que níveis de abstracção pode ser considerada a investigação do fenómeno da informação?*⁷⁰

g) problema dos dados: *O que são dados? O que é um dado? Qual a distinção de informação de dados? A informação será dados com significado e os dados serão informação sem significado? O que é o significado e que relação tem com os dados e a informação?*⁷¹

h) problema do conhecimento: *Qual a relação entre informação e conhecimento? O que é o conhecimento? É possível ser humano, estar no mundo, sem conhecimento? O que vem primeiro - os dados, a informação ou o conhecimento? E será que esta questão faz sentido, que nenhum destes fenómenos pode preceder o outro?*⁷²

i) problema da acção: *Que relação há entre informação e acção? Para que serve a informação? Agimos com base em informação? Com base em conhecimento? O que é a acção? A acção precede a informação ou é o contrário? O que é uma acção informada e uma acção não informada? Para que somos ou queremos ser informados? O que é uma informação útil? Estará a informação relacionada com a diminuição da incerteza como foi postulado pela teoria de Shannon e Weaver? Ou estará também relacionada com o aumento da incerteza? Qual o papel da acção, do sujeito, do passado e do futuro no fenómeno da informação?*⁷³

⁶⁵ Cf. *Ibidem*, p. 58.

⁶⁶ Cf. *Ibidem*, p. 59.

⁶⁷ Cf. *Ibidem*, p. 60-61.

⁶⁸ Cf. *Ibidem*, p. 61.

⁶⁹ Cf. *Ibidem*, p. 62.

⁷⁰ Cf. *Ibidem*, p. 62.

⁷¹ Cf. *Ibidem*, p. 63.

⁷² Cf. *Ibidem*, p. 64.

⁷³ Cf. *Ibidem*, p. 64-65.

j) problema da comunicação: *O que é a comunicação? Será a comunicação a transmissão da informação? Será a recepção ou a captação de informação sempre dependente do sujeito que a capta, do contexto em que acontece, do futuro a que se destina? Qual a relação entre os fenômenos da informação e da comunicação? De que forma se relaciona a comunicação com a acção? De que forma a informação surge da comunicação? Ou de que forma a comunicação surge da informação? Que implicações tem a penetração das novas tecnologias no domínio da comunicação? De um ponto de vista ontológico qual o papel, o lugar e os contornos da comunicação?*⁷⁴

k) problema da linguagem: *Qual a relação entre linguagem e informação? Surge a informação na linguagem ou a linguagem na informação? Algum destes fenômenos é transparente e não obstrutivo? Ou algum deles é criador da realidade, do que conta, do que nos afecta, motiva e envolve?*⁷⁵

l) problema da inteligência artificial: *O que é a inteligência e o que é a inteligência artificial? Qual a relação da informação com ambas? A inteligência artificial trabalha com dados ou com informação? Qual a diferença entre inteligência artificial e conhecimento? Quais os processos típicos da inteligência artificial no respeitante à informação? Qual a relação da inteligência artificial e a acção humana? Como pode a informação ser considerada face à dicotomia clássica mente-corpo?*⁷⁶

m) problema da utilidade: *Se considerarmos que a informação fundamentalmente informa o que é informar ou ser informado? Qual a sua utilidade? É a utilidade essencial à informação? O que é a utilidade? Qual a relação da informação com a utilidade e com a acção? A informação depende da utilidade? E a utilidade como critério, guia a acção?*⁷⁷

n) problema da mudança: *Qual a relação entre a informação e a mudança a todos os níveis (culturais, políticos, sociais, organizacionais e até individuais)? Dependerá a informação da mudança ou a mudança da informação?*⁷⁸

o) problema da tecnologia em geral: *Que relação há entre a eficiência tecnológica e a informação? Será a eficiência um processo de informação? Ou será a conceptualização da informação um processo tecnológico?*⁷⁹

p) problema da tecnologia de informação e comunicação (TIC): *O que é a tecnologia de informação e comunicação? Qual o carácter tecnológico da informação? O que é informacional na tecnologia? Como se conectam no mesmo fenómeno das TIC os fenómenos tecnologia, informação e comunicação? Podemos considerar, por exemplo, TIC o telescópio de Galileu?*⁸⁰

q) problema da informação tecnológica como contexto: *À medida que mais organizações partilham o background da informação e comunicação tecnológica, mais provável é que as organizações que se mantêm à margem deste “novo mundo”, por opção ou por incapacidade de o absorverem, venham a enfrentar crescentes desvantagens competitivas.*⁸¹

r) problema ético: *Emerge das profundas mudanças de comportamento, de estruturas, de valores, de estratégias e de poderes provocadas e relacionadas com a difusão das TIC e desmultiplica-se em várias questões como a da dignidade da pessoa humana, do respeito pelos direitos dos profissionais, do respeito pela privacidade da vida pessoal de cada um, da responsabilidade social, da solidariedade e, entre outras, da partilha de valores com a comunidade onde vivemos.*⁸²

⁷⁴ Cf. *Ibidem*, p. 65.

⁷⁵ Cf. *Ibidem*, p. 65-66.

⁷⁶ Cf. *Ibidem*, p. 66-67.

⁷⁷ Cf. *Ibidem*, p. 67.

⁷⁸ Cf. *Ibidem*, p. 68.

⁷⁹ Cf. *Ibidem*, p. 69.

⁸⁰ Cf. *Ibidem*, p. 69-70.

⁸¹ Cf. *Ibidem*, p. 70.

⁸² Cf. *Ibidem*, p. 70-71.

Não podíamos deixar de reproduzir este extenso elenco de problemas, embora nem todas as questões ilustrativas nos pareçam adequadas ou bem articuladas com o problema respectivo. De qualquer modo, trata-se de um núcleo de problemáticas essenciais que podem e devem ser abordadas por uma Ciência da Informação, situada claramente no campo das Ciências Sociais e afirmada com base na confluência e na interacção transdisciplinares de práticas/disciplinas como a Arquivística, a Biblioteconomia, a Documentação e a Informática aplicada à Gestão da Informação nas mais diversas Organizações⁸³.

Operamos, assim, uma espécie de “confiscação” das questões que Ilharco inseriu na emergente *Filosofia da Informação* e que nos parecem indissociáveis do objecto material da C.I. em evolução, construção e em curso de validação nas próximas décadas.

Reconfigurando o dito objecto à luz dessas questões o esforço popperiano de António Miranda fica muito aquém da complexidade que está em jogo e sobressai também a prevenção de não confundir ciência com actividade profissional. Com efeito, as competências e tarefas de bibliotecários, arquivistas, documentalistas e gestores de informação assentam numa herança secular, mas exigem um referencial teórico-metodológico consistente e específico que a C.I. deve obrigatoriamente disponibilizar.

4. Da questão ontológica à epistemológica — a Informação como objecto científico

A ênfase, posta por Fernando Ilharco, no problema fundador parece-nos acertada, mas já não perfilhamos a ideia do imperativo filosófico, pois entendemos tratar-se de um imperativo científico, ou seja, não pode desenvolver-se consistentemente uma C. I. sem uma aposta séria e empenhada na equação dos problemas ontológico e epistemológico.

A radical e elementar pergunta “*o que é a informação?*” implica uma resposta adequada e urgente, sem a qual a C. I. não passará nunca de um mero equívoco académico e de um artifício corporativo ao serviço de determinado grupo sócio-profissional. E se não conseguirmos validar epistemologicamente uma C. I. capaz de estudar e de ajudar a resolver problemas relacionados com o fenómeno humano e social da informação globalmente considerado, não serão as pesquisas sociológicas sobre a *Sociedade da Informação*, nem tão pouco a *Filosofia da Informação* que poderão assumir, com proveito, a tarefa específica e ousada de, por um lado, identificar a sua especificidade humana/social e, por outro, articular as suas múltiplas facetas ou tipos (desde a oralidade ao desenho ou à pintura e desde a representação mental intimista à produção e circulação

⁸³ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda — *Das “ciências” documentais à ciência da informação*, *ob. cit.*, p. 79-128.

nos mais diversos contextos de conteúdos orgânicos e estratégicos) através de um programa de pesquisas vasto, continuado, sistemático e inevitavelmente aberto a uma fecunda via interdisciplinar com outras Ciências Sociais e de outros campos epistémicos.

Concentremos, pois, toda a atenção nos problemas ontológico e epistemológico tendo em conta o que ficou exposto nos dois itens anteriores. Ao longo da trajetória desenhada fomos deixando pistas e marcas que formam agora, com outros tópicos, o nosso posicionamento epistemológico sobre o binómio em pauta.

Por comodidade expositiva, e para uma maior inteligibilidade, seguem alinhados, numa sequência numérica, os resultados, mais ou menos provisórios, que é possível condensar no final deste ensaio:

1º - A análise monográfica e sinóptica de Blanca Rodríguez Bravo sobre a génese e a evolução do conceito de documento, tem o mérito indiscutível de sublinhar a intencionalidade comunicativa deste "objecto" que, em rigor, não constitui um semióforo, tal como é definido por Pomian, porquanto mantém sempre intacta a função original de ser lido e interpretado, inerente à natureza do conteúdo (qualquer que ele seja) registado num suporte material, físico. A essência do documento está, pois, naquilo que o faz ser como é, ou seja, no conteúdo, na informação. E, se levarmos, analiticamente, até às últimas consequências, a tónica da intenção comunicativa, temos de concluir que o documento é a cristalização através de registo tecnológico (fixar a escrita na pedra, no papiro, no pergaminho, no papel ou fixar texto e imagens num suporte digital) de uma intenção comunicativa que potencia uma efectiva situação comunicacional e, portanto, pode-se e deve-se inserir o binómio Documento - Informação no interior de outro mais abrangente – o binómio Informação-Comunicação. Decorre, aliás, daqui uma interessante implicação epistemológica: a pretensa Ciência da Documentação tem, pelo menos, de estar integrada no campo específico das Ciências da Informação e Comunicação, embora nós pensemos que se pode e deve ir mais longe através da consolidação a médio/longo prazo de uma homogénea (mas plural na sua transdisciplinaridade interna) Ciência da Informação/Comunicação, relativamente autonomizada da Sociologia, da Psicologia, dos Estudos literários e Jornalismo, das Artes Visuais e Técnicas Publicitárias, da Gestão e das Ciências da Computação.

2º - Blanca Rodríguez Bravo defende, por outro lado, no seu livro o pressuposto de que o conceito de documento não pode depender do conceito de informação, porque esta só ocorre numa situação determinada pelo receptor e sua subjectividade, ou seja, só há informação quando um utilizador concede ao conteúdo de uma mensagem uma utilidade capaz de lhe alterar o seu estado de conhecimento. Concepção equivocada que parece negar ao documento o estatuto de mentefacto⁸⁴ e que se firma na apregoada distinção entre dados (elementos sem significa-

⁸⁴ Abarca todo o produto informacional com diferentes variações de código e estilo e foi, assim, refoçado como monumento por Jacques Le Goff, mas com uma elasticidade semântica muito permissiva a situações difusas que carecem de clarificação. Através da noção de monumento o historiador pode dizer que extrai informação de um texto escrito e de um fragmento de cerâmica. No entanto, e se tivermos em atenção a definição do fenómeno humano e social exposta a seguir no ponto 3º deste elenco de proposições, um texto escrito, uma sequência de contas ou equações matemáticas, uma fotografia, um organograma, um desenho, uma pintura e uma partitura de música ou um cd musical constituem manifestações desse mesmo fenómeno (que designamos por informação), ao passo que um fragmento de cerâmica ou uma pedra ou um bocado de madeira não são, mas suscitam informação. É, no entanto, muito comum e muito espontâneo confundir ser informação com suscitar (a um sujeito humano) informação.

do), *informação* (significado estático e útil) e *conhecimento* (produção de novos significados). Uma distinção baseada apenas no senso comum e não em resultados credíveis e recentes das ciências cognitivas, entre outras, portadoras de achegas importantes para a revisão deste importante tópico. E, além disto, ocorre relembrar o que sustentamos noutra ensaio⁸⁵: a actividade cerebral/cognitiva de uma pessoa distingue-se, do ponto de vista fenomenológico, da formulação e da expressão/transmissão da informação (conteúdos mentais codificados) que é sinónimo de conhecimento explícito⁸⁶ e que pode ser também sinónimo de dado, desde que este não corresponda a sinais, traços ou dígitos procedentes da realidade animal e natural por mediação mecânica/tecnológica (um electroencefalograma, um cardiograma, uma imagem de satélite, um registo sismográfico, etc., etc.). Neste caso, dado remete para uma outra raiz ontológica.

3º - Se é verdade que a noção de documento apresenta uma carga denotativa mais clara, também é certo que o conceito informação se “perde” e “afunda” numa enorme porosidade conotativa, sendo aplicado a uma extrema variedade de fenómenos e de situações. O resultado desta estratégia instavelmente re-significadora está patente no perturbador impacto da teoria de Shannon e Weaver, e pode captar-se em toda a sua extensão, em textos de síntese, como é o verbete da Einaudi assinado por Anthony Wilden. Consideramos, por isso, que é um equívoco querer definir o conceito de informação, com o intuito generalista de abarcar todas as acepções criadas, desde que o termo passou a ser usado e a generalizar-se. A alternativa ao equívoco, ainda predominante, consiste não na proposta de Jaime Robredo, em distribuir atributos, resultando desta operação fragmentadora um infinito sortido de possibilidades – a informação científica e técnica, a informação codificada, a informação social, a informação estratégica, a informação genética, etc. —, o que, bem vistas as coisas, não resolve, antes multiplica em parcelas o mesmo equívoco, mas consiste, pelo contrário, em definir, de acordo com os preceitos científicos⁸⁷, algo (uma propriedade, um objecto, um acontecimento, um fenómeno ou uma situação) escolhido como alvo de estudo e de pesquisa por uma determinada disciplina científica. Foi, aliás, esta a perspectiva adoptada pelos autores de Das “ciências” documentais à ciência da informação ao definirem informação como um **conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda, magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada**⁸⁸.

4º - A definição exposta, a que aderimos⁸⁹, é, naturalmente, uma resposta possível ao problema ontológico focado por Fernando Ilharco e surge completada por um elenco de propriedades gerais ou universais⁹⁰, sugeridas por Harold Borko na sua definição de *Ciência da*

⁸⁵ SILVA, Armando Malheiro da – Conhecimento/Informação: sinonímia e/ou diferenciação. In *ob. cit.*

⁸⁶ Em vez da fórmula, simplista e equívoca do ponto de vista dos ensinamentos da Psicologia e das Neurociências, informação + experiência: conhecimento, propomos outra mais complexa e mais consensual com a literatura científica disponível: mente + acção + meio/vivências = informação/conhecimento.

⁸⁷ Ver sobre conceitos e definições científicas a súmula explicativa de FACHIN, Odília – *Fundamentos de metodologia*, *ob. cit.*, p. 89.

⁸⁸ Cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - *Ob. cit.*, p. 37.

⁸⁹ Mas com uma objecção radicada na hipótese de a investigação em curso em inteligência artificial, robótica e vida artificial vir a emular por inteiro o comportamento humano cognitivo e emocional. A leitura atenta, por exemplo, de EVANS, Dylan – *Emoção: a ciência do sentimento*. Lisboa: Temas e Debates, 2003, p. 129-157, suspende-nos em total expectativa face a um futuro cada vez mais presente.

⁹⁰ São para já seis: *estruturação pela acção humana e social – o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente a informação; integração dinâmica – o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da acção; pregnância – enunciação (máxima ou mínima) do sentido activo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação; quantificação – a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente; reprodutividade – a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e transmissibilidade – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável*. Cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Ob. cit.*, p. 42.

Informação publicada em 1968⁹¹, que balizam intrinsecamente o fenómeno, pelo que só podem ser confirmadas, alteradas ou negadas através do normal e prolongado processo de investigação polifacética da C. I. e de importantes momentos de síntese, associados ou não a crises/alterações paradigmáticas.

5º - As implicações epistemológicas dessa definição, que resulta de um nítido esforço de demarcação ontológica do objecto da C.I., são variadas, mas aqui avulta sobretudo a necessidade de reexaminarmos, à luz de um objecto menos difuso e mais confinado a limites precisos (só é informação/conhecimento o que for produzido mentalmente pelos seres humanos⁹² através de uma variedade de códigos – gestual, verbal, numérico, musical, geométrico e cromático – e potencialmente comunicado entre eles), os paradigmas de Rafael Capurro. Um reexame que nos leva a suspeitar da artificialidade desses paradigmas e a considerar a função clássica da Biblioteconomia, da Documentação e da Arquivística (meras práticas de descrição e normalização do acesso a conteúdos) como pré-paradigmática em termos científicos, ou então abrangida somente por um paradigma pré-científico: o paradigma técnico e empírico-patrimonialista⁹³. E nos obriga a um investimento exigente no aparelho metodológico (adopção do método quadripolar⁹⁴).

6º - Os autores de Das “ciências” documentais à ciência da informação, partindo da definição que propõem, postulam a informação como fenómeno e processo, mas esta última noção operatória carece de uma explicação que ainda não foi dada com clareza. De uma forma simples pode dizer-se que a informação é o fenómeno gerado na mente humana e que ao sair do sujeito fica submetido a um processo natural de reprodução (uma das propriedades do fenómeno) e de transmissão/comunicação (outra propriedade do fenómeno), mas a comunicação só ocorre efectivamente dentro das condições semióticas e hermenêuticas verificáveis numa situação de pleno interface emissor-receptor. O processo é, em suma, a passagem ou o intermezzo da produção informacional para a consumação comunicacional, onde se consoma a fruição e a reelaboração semântica (a questão hermenêutica ou interpretativa e a questão da verdade da mensagem e/ou da autenticidade do contexto de (re)produção situa-se aqui e a C.I. não pode ser-lhes indiferente). E o documento é a cristalização operada nesse intermezzo. Por exemplo: a transmissão em directo de um noticiário televisivo está a ser gravada e desta simples e rotineira gravação nasce um/o documento, enquanto a interacção comunicacional com o público está a acontecer num outro espaço e pode até vir a acontecer em outros tempos através de sucessivos visionamentos daquele noticiário através da cassete-vídeo com o respectivo registo/gravação.

7º - Outra implicação importante da definição aceite é a valorização do contexto de acção e de produção informacional e de consumação comunicacional, deixando, por isso, de fazer sentido distinções sensoriais como a que Blanca Rodríguez reproduz entre, por exemplo, livro ou artigo de um periódico e documento de arquivo, porque as diferentes manifestações do fenómeno informação por muito vincadas/específicas que sejam não chegam para negar a homogeneidade ontológica do mesmo. Dito por outras palavras: se a C. I. eleger o seu objecto material como aquele fenómeno poliédrico produzido mentalmente e partilhado socialmente, a C. I. compromete-se, do ponto de vista epistemológico, a compreender e a relacionar entre si as diferentes manifestações (do texto verbal literário ou administrativo até à pintura) desse fenómeno a fim de as tornar acessíveis (em memória), recuperáveis e utilizáveis sejam quais forem

⁹¹ Ver *Ibidem*, p. 53-54.

⁹² É preciso, no entanto, ter atenção à objecção referida na nota 49.

⁹³ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Ob. cit.*, p. 153; e SILVA, Armando Malheiro da – Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação, art. cit., p. 65-66.

⁹⁴ Ver SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Ob. cit.*, p. 84-121.

os contextos e os objectivos de uso. Presente-se aqui uma finalidade ideológica para a C. I. que deve vir a ser cuidadosamente discutida pelos seus praticantes: indagar cientificamente as condições humanas e sociais de produção, de memorização, de recuperação, de fruição/uso e de reprodução da massa universal de mentefactos (textos, equações e números, partituras musicais, quadros, figuras geométricas ou, usando outra terminologia mais comum e genérica, as letras, as artes, a técnica, a ciência...) onde se projecta indelevelmente o devir da Humanidade.

8º - De todos os problemas recenseados por Fernando Ilharco, e para lá do ontológico e do epistemológico (que arrastam consigo outros – o da realidade, o da verdade, o do ser, o dos níveis de abstracção, o dos dados, o do conhecimento, o da acção, o da comunicação e o da linguagem), consideramos, naturalmente ínsitos a um programa alargado de pesquisa em C. I. , os problemas da inteligência artificial, da utilidade, da mudança, da tecnologia em geral e da TIC em particular, da informação tecnológica como contexto e o ético. Um programa aberto a uma fecunda interdisciplinaridade que privilegie, naturalmente, o campo das Ciências Sociais. Recusamos a C. I. como interdisciplina (vemos esta ideia como um absurdo pós-moderno), mas entendemos que ela depende vitalmente de uma intensa prática interdisciplinar pelo simples facto de que o seu fenómeno-objecto é também estudado e aproveitado parceladamente por uma multiplicidade de Ciências.

5. Ponto de recomeço...

No estado actual das reflexões e das pesquisas sobre o objecto material da C. I. é, sem dúvida, bastante pretensioso querer concluir. Urge, por isso e ao invés, prolongar e aprofundar mais e mais o debate e a análise com o objectivo construtivo de afirmar e de consolidar o estatuto paradigmático deste campo científico, no quadro, claro está, das Ciências Sociais.

Em vez de um ousado e fictício ponto de chegada, devemos, afinal e tão só, proclamar a promessa e o incentivo de um recomeço em espiral, que signifique, na prática, o relançamento possível da deambulação exploratória aqui exposta com novas metas, mais ricas e mais complexas, rumo a uma compreensão mais completa e universal. A lição de Penélope inspira e inspirará sempre o que entendemos ser a lógica intrínseca do trabalho científico, racional e exigente.

⁹⁵ Para uma reflexão fecunda sobre a interdisciplinaridade científica ver POMBO, Olga – *Interdisciplinaridade: ambições e limites*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2004.